

ENTREVISTA COM O PROF. DR. VALDEI LOPES ARAUJO (UFOP)

REALIZADA EM 29/04 e 31/05 de 2014 (via e-mail)

Entrevistadores: Mestrando Deiver Barros da Silva (FH/UFG), Mestrando Hober Lopes Alves (FH/UFG), Mestre e doutorando Marcello Felisberto Morais de Assunção (FH/UFG)
- Comitê Executivo da Revista de Teoria da História.

Revista de Teoria da História: O Professor, poderia iniciar essa entrevista expondo a sua visão singular da história da historiografia enquanto uma disciplina autônoma¹, capaz de apreender a historicidade dos fenômenos historiográficos. Diante da difícil distinção entre a história da historiografia e seu objeto, a saber a escrita da história. Quais os traços o senhor considera relevantes para o estabelecimento de fronteiras entre a história da historiografia e as demais disciplinas, como por exemplo a chamada história intelectual (em suas diferentes acepções) que enfrenta desafios análogos? Quais são os traços específicos dessa analítica da historicidade? Quais seriam as consequências e ganhos dessa nova proposta?

Valdei Lopes Araujo: Antes de tudo, agradeço o convite dos editores e a oportunidade do diálogo. É fundamental que ampliemos esses momentos de conversa e autoreflexão sobre o quê e como fazemos o que fazemos. Essas conversas permitem clarear as perguntas e o sentido compartilhado de nossa atividade, é uma condição para a existência de uma comunidade acadêmica na qual tenhamos cidadania plena.

Minha preocupação com a disciplina foi se afastando, ao longo desses anos, da centralidade do objeto, que seria a abordagem clássica, em direção à centralidade de uma comunidade acadêmica ou científica estruturada em torno de uma história de problemas. Essa mudança surge talvez do próprio sucesso da HH como uma região disciplinar nas últimas décadas no Brasil, o mesmo não se poderia dizer para o cenário internacional, nem sempre tão promissor. Entre os anos 90 e o nosso presente podemos listar um grande número de teses, dissertações, eventos e instituições (revistas, núcleos,

¹Essa visão foi exposta tanto no GT Teoria da História e Historiografia ocorrido em meados de Junho nas dependências da UFRGS como também em dois artigos, ver: ARAUJO, Valdei Lopes. *Sobre o lugar da historiografia como disciplina autônoma*. Locus, Juiz de Fora, V. 12, 2007, pg. 79-94; ARAUJO, Valdei Lopes. *História da historiografia como analítica da historicidade*. História da historiografia, Ouro Preto, n.12, Agosto, 2013, pg. 35-44.

linhas de pesquisa e sociedades) especializadas nesse recorte que, de forma ampla, incorpora a Teoria e História da Historiografia, a Metodologia e diversas histórias intelectuais, político-sociais e culturais que têm na representação e apresentação do tempo histórico o centro de seus interesses investigativos.

De todo modo, a emergência dessa comunidade não resolve certos impasses reflexivos de uma História da Historiografia, o principal deles vocês já apontaram acima, como evitar uma espécie de círculo vicioso que pode emergir da indiferenciação entre HH e Historiografia, aqui entendida como a escrita da história. Caso optássemos pela não diferença, a HH seria apenas um tema especial da abordagem historiográfica, não exigindo grande esforço de fundamentação. A HH seria um recorte historiográfico temático, o que no século XIX chamariam de história especial.

Naturalmente que precisávamos tomar distância da função legitimadora do padrão disciplinar moderno que orientou os primeiros esforços sistemáticos em História da Historiografia. Em livros clássicos como o do historiador Eduard Fueter (*História da Historiografia Moderna*)² encontramos uma grande narrativa triunfal da emergência dos padrões modernos da disciplina histórica. Bem ao gosto do século XIX, tratava-se de um relato teleológico que avaliava as historiografias do passado a partir desse projeto de cientificização. O problema dessa narrativa já sabemos, reduz a alteridade e tende a simplificar toda a experiência que foge à norma. Claro que nessas abordagens, e certamente muito antes desse período em que Fueter escreve, já se tinha consciência de que qualquer historiografia depende das condições históricas de seu tempo, mas como a própria história da modernidade ainda podia ser entendida como um progresso, a teleologia disciplinar estava igualmente legitimada. A história acontecimento era a progressiva ampliação das condições de inteligibilidade e de conhecimento científico de si mesma, o que Hegel celebrizou na fórmula de que o conhecimento e a realidade caminham para um encontro absoluto no futuro.

Com a fragmentação das grandes narrativas de progresso desde o fim do século XIX e ao longo do XX, a HH não poderia mais encontrar legitimidade nessa certeza de representar a história de um progresso da tradução cognitiva (representação) do real. A consciência dessa crise é uma das fontes do que tenho chamado de giro historiográfico, ou seja, o fato da historiografia não poder contar com a certeza de um acúmulo cognitivo linear. A sua própria história, longe de confirmar esse progresso, mostra a existência de

²FUETER, Eduard. *Histoire de l'historiographie moderne*. University of Michigan (1914).

regimes historiográficos, em grande medida, assimétricos e incomensuráveis. Portanto, abandonando seu papel de fundamentação da disciplina, o que caberia à HH fazer? Apenas constatar a afirmação tautológica de que toda historiografia é um documento de seu presente, a expressão de uma vontade de poder? Esse caminho sempre me pareceu igualmente não fundamentado.

No artigo de 2006, com a ajuda da reflexão de Luiz Costa Lima em seu livro *História, Ficção, Literatura*³, procurei apropriar-me da ideia de deslocamentos discursivos para pensar dois tipos de HH. Uma que continuaria a medir o progresso cognitivo no interior de um regime historiográfico vigente, e outra capaz de se deslocar para entender o passado assimétrico, quando os produtos de um certo regime discursivo se transformariam em literatura, palavra que Costa Lima reservava para textos cujos enquadramentos discursivos originais teriam se dissolvido. Um exemplo rápido seriam obras de história clássicas como as de Heródoto ou Gibbon, cujo valor é muito reduzido se analisadas a partir do que entendemos e esperamos hoje do discurso histórico acadêmico, mas cuja força formativa é inultrapassável. Apontava então para a possibilidade de uma HH que confrontasse os limites, os aspectos congelados do discurso histórico atual com a riqueza heterogênea, incomensurável e potencialmente renovadora dessas histórias e representações do passado.

No último artigo, onde começo a desenvolver a analítica da historicidade, parto do problema da insuficiência da definição disciplinar especializada para dar conta do crescente universo de fenômenos que poderíamos tratar com uma visada historiográfica. Historiográfico aqui não tem o sentido de um discurso científico, o que Heidegger chama de *historiológico*, mas um tipo de abordagem dos fenômenos do mundo da vida que partisse do pressuposto da centralidade da temporalidade como estrutura fundamental do humano. Dito de outra forma, a analítica da historicidade teria como função descongelar as representações históricas a partir da investigação da oscilação entre a historicidade própria e imprópria. Esses dois adjetivos não devem ser tomados como apontando para valores desiguais, mas para duas formas existenciais de se relacionar com o tempo histórico. A imprópria é determinada pela necessidade humana abordar o mundo circundante reduzido-o a objetos de uso, ao alcance das mãos, por isso tende a objetivar também o passado e o futuro, que deixam de ser experimentados como um ambiente. Recuperar a dimensão ecológica do tempo histórico, que para Heidegger é sua

³LIMA, Luiz Costa. *História, ficção e literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

dimensão primária, pode revelar a historicidade própria. Aqui as dimensões passado, presente e futuro são intercambiáveis e modalizáveis, valorizando-se a simultaneidade no lugar da sucessão.

O que temos até hoje chamado de historiografia foi a autolimitação da investigação, e de sua consciência, à dimensão imprópria da historicidade. A analítica procuraria cavar em direções mais fundamentais. Desse modo, a HH deixaria de ser uma espécie de auxiliar da história ciência para tornar-se uma abordagem global do humano com particular atenção às estruturas existenciais da temporalidade. Além do ganho cognitivo, poderíamos fazer justiça à enorme expansão dos objetos e fenômenos que a comunidade tem investigado. Assim, abordagens tradicionais, mas especializadas como a História Intelectual, poderiam ser traduzidas nesse novo universo. Esse deslocamento parte da aceitação de que toda historiografia, como historiologia, produzirá sempre algum congelamento funcional de nossa experiência, é essa sua principal função, fabricar, por redução, objetos identitários e orientações práticas para realização de nossa necessidade de operar sobre o mundo e os outros. Mas esse aspecto historiológico, que culmina com a ciência histórica e resulta na formação de tecnologias de identidade, orientação, entretenimento histórico etc, não esgota toda a nossa necessidade de história, nem explica a totalidade dos fenômenos de representação e apresentação históricos.

Mesmo no discurso histórico orientado pelos padrões da ciência vemos a todo momento elementos contrabandeados de outras formas de experiência que não a pragmática-científica. Ao tornar esse discurso seu objeto de análise a HH ampliou nossa capacidade de identificar alguns desses "contrabandos", mas chegou a um impasse acerca dos efeitos dessas descobertas no projeto historiológico, ou seja, da ciência e tecnologias históricas. De um lado temos aqueles que ainda esperam dela uma purificação e a liberação das forças que travam o progresso do discurso científico, o que certamente é possível. De outro lado, os que adotando uma crítica radical a esse discurso, afirmam o que seria aparentemente o seu oposto, a subjetividade como fidúcia de uma democracia cognitiva, levando à equivalência de todas as representações. Claro que esses dois caminhos são dois lados complementares da historiologia, sem a capacidade avançar além da dimensão imprópria da historicidade.

Revista de Teoria da História: Ante a emergência própria de alocar e promover no interior das disciplinas históricas a História da Historiografia, como “campo” (cuja a suspensão havia sido enunciada pelo senhor) ou “disciplina”, há a imponderável necessidade, urgência e carência daquilo que mensura como uma “comunidade acadêmica” imprescindível a própria consubstanciação desse “território histórico”. Desse modo, como operar essas mudanças para a efetivação desta, tendo em vista a ausência desmedida de uma “comunidade acadêmica” mais específica, robusta e dinâmica? O que o senhor endossa para “mudar” as nuances de tal precariedade? A criação da Sociedade brasileira de teoria e história da historiografia (2009) e a emergência de revistas especialistas em teoria e história da historiografia (História da historiografia [2008], Revista de Teoria da história [2009], Expedições: teoria e historiografia [2010]) e eventos fixos nessa área (“Ciclo de Palestras do GT Teoria da História e História da historiografia da UFRGS e o Seminário Brasileiro de História da Historiografia da UFOP, criado em 2007) seriam um indício dessa comunidade?

Valdei Lopes Araujo: Essa retórica da ausência e da falta foi nos anos 80 e parte dos 90 uma espécie de discurso identitário para os pesquisadores que atuavam nessa interface. Certamente ele tinha suas razões naquele momento de encurtamento das oportunidades. Hoje, como vocês mesmos apontam, temos diferentes fóruns e recursos de apoio e intensificação de nosso trabalho. As datas mostram que todas essas iniciativas são muito recentes, as mais antigas talvez sejam a criação de grupos de trabalho e de Simpósios Temáticos nos Encontros Nacionais da Anpuh. Lembro que no encontro de 1999, em Florianópolis, junto com Pedro Caldas e outros colegas da Pós-graduação da Puc-Rio, corríamos as salas em busca de colegas que tínhamos identificado no caderno de resumos como pesquisadores do “campo”. Tínhamos acabado de criar uma revista de alunos chamada Anima, não muito diferente da que vocês criaram, e estávamos empenhados em reunir possíveis colaboradores.

Quando cheguei na UFOP como professor em 2004 tive a sorte de, em um curto espaço de tempo, ter como companheiros de setor Helena Mollo e Sérgio da Mata. Nós três e um grupo muito empenhado de jovens alunos criamos o NEHM - Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade em 2007, neste mesmo ano

realizamos o primeiro SNHH. No ano seguinte, fundamos a revista História da Historiografia, já com o apoio decisivo de Pedro Caldas, na época professor na UFU, e Temístocles Cezar (UFRGS). A Revista hoje é um fórum consolidado, de impacto internacional, que reúne diversas instituições e pesquisadores nacionais e estrangeiras.

Nesse ano de 2014, ao completar dez anos na UFOP, fico admirado com tudo que realizamos a partir desses encontros anuais em Mariana. O NEHM conta hoje com 09 pesquisadores permanentes lotados no Departamento de História da UFOP, além dos três já mencionados, um grupo muito jovem de doutores, a saber, André Freixo, Luisa Rauter Pereira, Marcelo de Mello Rangel, Marcelo Santos de Abreu, Mateus Fávaro Reis e Mateus H. F. Pereira. Além desses, contamos com mais três colaboradores, dois do mesmo departamento, Luiz Estevam de Oliveira e Virgínia Albuquerque de Castro Buarque e o Professor Fernando Nicolazzi, da UFRGS. Foi esse crescimento do grupo que nos permitiu, até hoje, manter a anualidade do SNHH, ao mesmo tempo em que colaborávamos para a criação, ao lado dos demais colegas do departamento, de um mestrado (2007) e um doutorado (2012).

Além dos docentes diretamente ligados ao NEHM, contamos com o apoio e a expertise dos demais professores de nosso departamento, que desde os anos 90 tinha uma forte tradição de realizar eventos sobre grandes problemas teóricos do campo. Junto a isto, o legado do LPH - Laboratório de Pesquisa Histórica, e de sua revista, foi um grande incentivo. Foi a partir dele que Carlos Fico e Ronald Polito realizaram a pioneira iniciativa do Centro Nacional de Referência Historiográfica, que resultou, dentre outras iniciativas, em dois livros de balanço crítico da historiografia acadêmica da época.

Mesmo que este crescimento não tenha se dado com a mesma intensidade em outras instituições, o que temos visto é uma grande expansão no número de especialistas ocupando as vagas do setor. Aquela dificuldade estrutural dos anos 80 vai sendo superada e hoje todos os concursos para o setor de que tenho participado, ou tomado notícia, são altamente competitivos. Desse ponto de vista, o futuro parece bastante promissor. Não seria exagero dizer que o principal desafio agora é ampliar a repercussão internacional daquilo que tem sido feito Brasil. Isso vai exigindo uma mudança de cultura entre nossos docentes e alunos, em especial a aceitação do desafio da expressão

escrita e oral em inglês e a internacionalização de nossos eventos e periódicos especializados.

Revista de Teoria da História: Em certo momento de seu artigo e palestra, o professor explicita que o conceito de historicidade em Heidegger é fundamental para a identidade disciplinar da história da historiografia. Para além dessa questão específica, o professor poderia dimensionar a importância da filosofia de Heidegger para o campo historiográfico?

Valdei Lopes Araujo: Heidegger faz parte de um pequeno grupo de pensadores cuja envergadura da obra é difícil de avaliar, até porque, no seu caso, muito ainda há que se publicar. Mas para além desse problema, para os historiadores de hoje, com uma formação muito especializada, tem ficado cada vez mais difícil o diálogo com outras disciplinas, em especial a filosofia. As dificuldades técnicas e de formação intimidam a maior parte dos colegas, por outro lado, a especialização permite que o "especialista" desenvolva toda a sua vida profissional dialogando com um grupo muito pequeno de pares. Essas tendências naturalmente precisam ser revertidas, pois a dimensão e complexidade dos problemas que temos que enfrentar exigem uma abertura maior para outras fontes que não aquelas consagradas na oficina do historiador.

No caso de Heidegger, seu impacto na historiografia tem certamente momentos de maior ou menor intensidade, mas parece-me longe de ter revelado todo o seu potencial se considerarmos que o tempo, a história e o evento foram temas centrais em seu pensamento. Seu pouco interesse pela fundamentação das ciências, aqui incluído a própria filosofia, e seu chamado ao pensamento, também não ajudam nessa aproximação entre historiadores formados no modelo científico-profissional e a obra heideggeriana. Tudo isso sem mencionar o trauma de seu envolvimento com o partido nazista em sua curta e polêmica passagem pelo reitorado da universidade de Freiburg. Enfim, o enfrentamento da contribuição de Heidegger está longe de ser fácil, mas pessoalmente acredito ser incontornável para aqueles que querem pensar com radicalidade a história, a historiografia e o mundo em que vivemos.

A fraca recepção da obra de Heidegger entre os historiadores, e não apenas os brasileiros, é ainda mais agravada pelo quase desconhecimento da tradição fenomenológica anterior e posterior a Heidegger. Parece-me pouco provável que se possa compreender os debates promovidos nas Humanidades nas últimas décadas em torno do pós-estruturalismo, da dimensão não representacional da linguagem, da crise e crítica às noções metafísicas de sujeito, objeto, narrativa e identidade sem algum conhecimento acerca dos problemas e das repostas levantadas por Heidegger em seus textos.

Com uma maior internacionalização de nossa vida universitária, com a facilidade do acesso à trabalhos introdutórios nacionais e estrangeiros, com o aparecimento de novas traduções, bem como novas versões de textos seminais como *Ser e Tempo*, as condições para a leitura de Heidegger fora dos cursos de filosofia têm melhorado significativamente. Com ela, a recepção de outros autores, mais familiares como Paul Ricoeur, R. Koselleck, F. Hartog, H.-U. Gumbrecht, Costa Lima, F. Ankersmit, dentre outros, ficará mais complexa. Mais importante que isso, no Brasil vemos surgir jovens historiadores capazes de escrever teoria e história da historiografia com maior autonomia intelectual, sinalizando a superação da fase em que essas pesquisas estavam condenadas ao divulgacionismo da produção internacional ou à investigação monográfica de autores estrangeiros consagrados. Essa coragem para o pensamento é o mais importante que podemos aprender com Heidegger, seja para nossas vidas ou profissões.

Sempre que posso tenho oferecido minicursos ou disciplinas que procuram oferecer uma aproximação introdutório ao pensamento sobre a história em Heidegger. Tenho contado com a importante colaboração de dois jovens colegas da UFOP, Luisa Rauter Pereira, que escreveu uma dissertação sobre Koselleck e Gadamer, e Marcelo Rangel, doutor em história e que, no momento, finaliza uma tese sobre Benjamin para o doutorado em filosofia da UFRJ. Para mim e os alunos tem sido momentos de grande intensidade intelectual.

Revista de Teoria da História: A história dos conceitos de Reinhart Koselleck⁴ é um outro elemento constitutivo da sua produção. Qual e a importância de uma história dos

⁴Ver: KOSSELECK, Reinhardt. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. *Estudos Históricos*, 10: 134-146; KOSSELECK, Reinhardt. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

conceitos e os possíveis diálogos entre esta e a história da historiografia? A história dos conceitos vem ganhando mais força na historiografia nacional?

Valdei Lopes Araujo: Quando em 2003 defendi a minha tese de doutorado na PUC-Rio tratando do conceito de história no Brasil da primeira metade do século XIX a História dos Conceitos, da forma como cultivada por Koselleck, era praticamente desconhecida nos grandes centros de produção historiográfica brasileiros. Estou finalizando um artigo no qual procuro entender os significados dessa recepção relativamente tardia, não só no Brasil, mas também em diversos outros países. A influência de Koselleck e da *Begriffsgeschichte* é visivelmente crescente e orienta alguns dos mais importantes projetos de pesquisa coletiva em andamento em nosso campo, o mais próximo de nós é o Iberoconceptos, que reúne pesquisadores de diversos países do mundo ibérico no desenvolvimento, em um primeiro momento, de um grande dicionário comparado de conceitos históricos fundamentais. Em colaboração com João Paulo Garrido Pimenta, escrevemos o verbete história para o caso brasileiro. Posso dizer que foi um dos trabalhos coletivos mais relevantes e rico em aprendizagens de que participei.

Claro que afirmar a vitalidade da história dos conceitos não significa dizer que a abordagem também não venha acumulando críticas, seja do ponto de vista teórico metodológico, por exemplo, daqueles que apontam a metáfora como fenômeno capaz de abarcar elementos que o conceito reduz; seja do próprio relato da história moderna e do processo de modernização que emergiu do trabalho do dicionário e que foi sistematizado na obra posterior do próprio Koselleck em uma série brilhante de ensaios muito influentes. Muitos apontam para o risco de homogeneização desse relato, ou para o obscurecimento das permanências e resistências, mas acredito que o edifício tem resistido bem às investidas críticas, sabendo incorporá-las sem perder sua identidade analítica.

A História dos Conceitos, como método para a História da Historiografia, tem sido uma das formas de dar conta da necessária ampliação dos contextos aos quais qualquer historiografia, ou representação do tempo histórico, necessariamente responde. Junto com o contextualismo linguístico inglês, que a seu modo deslocou a história do pensamento político dos cânones de uma história intelectual excessivamente focada em grandes textos e autores, a História dos Conceitos tem nos permitido entender melhor

como se transformam os regimes de historicidade. Essa dinâmica não é o simples resultado de uma fabricação mental de autores, mas por respostas complexas às próprias transformações das condições de representação do tempo.

Por essas novas abordagens, mais fundamental do que isolar autores e obras é reconstruir os contextos dialógicos nos quais esses textos fizeram sentido e exerceram a força histórica de eventos. Por isso, ao lado dos textos canônicos, a História da Historiografia abre-se para uma imensa variedade de fontes, como jornais, revistas, imagens e outras mídias. Pois se a representação histórica está condicionada por regimes de historicidade, entender essa representação passa por uma história e uma análise desses regimes. Por este motivo acredito que uma História da Historiografia que se limite ao "intelectual" de forma estreita é uma simplificação que repousa ainda na separação metafísica entre o mental e o material, e a redução dos fenômenos linguísticos ao primeiro termo dessa dicotomia.

Revista de Teoria da História: Em uma palestra acerca da historiografia sobre o Império no contexto da redemocratização (1979-1991)⁵, o professor diz que o protagonismo de José Honório Rodrigues foi fundamental para a constituição do campo da teoria e história da historiografia no Brasil. Entretanto, esse movimento inicial não encontrou respaldo institucional nos anos 80-90, quais são as causas para a falta de continuidade do projeto originário de José Honório Rodrigues?

Valdei Lopes Araujo: Nesse projeto "rodrigueano" o campo era inda visto como da dimensão propedêutica e auxiliar da historiografia, nesse sentido ele teve consequência importante na universitarização de nosso padrão disciplinar. A ampliação da historiografia universitária levou à produção de currículos que em maior ou menor grau incorporaram a matriz defendida por José Honório Rodrigues, com um número maior ou menor de disciplinas voltadas para o ensino da Teoria, da Metodologia e pesquisa e da História da História, como ele chamava. No entanto, apenas a criação dessas disciplinas não resolvia a equação, porque o número de historiadores com formação especializada

⁵Essa palestra foi realizada no "I seminário de História e cultura: Historiografia e História" (Uberlândia). O link da palestra pode ser encontrada aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=rLIncsLup1M>. Essa reflexão também foi publicada como capítulo de livro, ver: ARAÚJO, Valdei Lopes. O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanço e desafios. In _____; OLIVEIRA, Maria da Glória de (org.). Disputas pelo passado: história e historiadores no Império do Brasil. Ouro Preto: Eudufop/PPGHIS, 2012.

nesses domínios era ínfimo e a criação de linhas de pesquisa regulares nas pós-graduações abertas para esse tipo de especialização foi e continua sendo restrito. Podemos dizer que a vitória no papel, a existência das disciplinas, não foi correspondida pela realidade do ensino e da pesquisa. Esses espaços foram ocupados, na sua grande maioria, por historiadores com outros recortes de estudo, o que esvaziou o interesse por esses objetos como problemas em si. Com o tempo os currículos tenderam a reduzir aquele espaço original, hoje isso começa a mudar, como vocês já apontaram acima.

O modelo dos anos 80 era a formação de grandes programas de pós-graduação com redes internas e uma desejável homogeneidade, o que levou, em alguns casos, ao condicionamento dos concursos ao preenchimento desse projeto de verticalização. Era mais raro ver um especialista em Brasil em uma vaga de História Antiga, mas essa dificuldade não era tão grande nas vagas da grande área teórica. Outro fenômeno associado a esse modelo foi o das reformas curriculares que flexibilizaram alguns currículos de graduação, diminuindo o seu congelamento em uma matriz de disciplinas que correspondia ainda a uma visão oitocentista da historiografia, essa flexibilização permitia que os interesses da verticalização e da especialização também se realizassem no âmbito da graduação.

A expansão e consolidação do sistema de pós-graduação desde os anos 90 permitiu o crescimento, mesmo que espalhado pelo Brasil, de redes de pesquisadores em áreas minoritárias ou marginais. O modelo de grandes programas passou a conviver com a proliferação de programas menores, com um pequeno número de docentes e com baixa perspectiva de crescimento quantitativo. Essa situação tem sido um estímulo para que os interesses de verticalização se realizem na formação de redes de pesquisadores de diferentes instituições, isso explica, em parte, a tendência de criação de sociedades científicas especializadas como a de história da ciência, história oral, teoria e história da historiografia, do Brasil Oitocentista, etc. Essa mesma razão ajuda a explicar o surgimento de periódicos patrocinados por mais de um programa de pós-graduação e com recorte também especializado. Essa tendência é o melhor exemplo do amadurecimento acadêmico-científico da historiografia no Brasil e esperamos em breve ver a Capes mais aberta à criação de programas de pós-graduação em rede para além da iniciativas já tomadas para os programas de mestrado profissional. Imaginem a força de um doutorado em rede em nosso campo que reunisse os principais pesquisadores hoje

espalhados pelo sistema universitário federal? Um dia assistir uma disciplina com Temístocles Cezar na UFRGS, no outro com Lúcia Guimarães (UERJ) e Raquel Glezer (USP), Estevão Martins (UnB) ou Marcelo Jasmin e Ricardo Benzaquen (Puc-Rio), para não citar muitos outros colegas mais jovens, mas não menos brilhantes. Seria um curso extraordinário.

Revista de Teoria da História: O professor também enuncia nessa mesma palestra, um recorte temporal entre a geração de José Honório Rodrigues e aquela que começa a produzir no processo de redemocratização, citando a importância seminal de um Manoel Luiz Salgado. Quais as diferenças entre as produções teóricas e historiográficas da geração de José Honório Rodrigues para aquela cujo quadro de produção se situa no processo de redemocratização?

Valdei Lopes Araujo: No artigo argumento que foi a geração de 1980 que, pela primeira vez, respondeu ao problema do giro historiográfico no âmbito da Teoria e História da Historiografia. Muito do que afirmei acima a propósito de Fueter poderia ainda ser usado para entender o projeto de Honório Rodrigues. A Teoria e Historiografia como condição de cientificação do discurso da história. Para autores como Afonso Carlos Marques dos Santos, Manoel Luiz Salgado Guimarães e Lúcia Maria Paschoal Guimarães, que estudo mais detidamente no artigo, essa conjunção ciência, nação, historiografia e progresso já não poderia ser restaurada.

O problema para eles será produzir um novo sentido para esse campo de estudos, já que não poderia mais ser o dá crítica das ideologias ou o do progresso da consciência nacional. Essa geração, pela primeira vez precisa estabelecer as bases para uma história da historiografia que não tivesse como garantia o retorno à segurança da ciência ou das grandes narrativas. Não que tivessem abdicado de todo dessa busca, o que fica documentado no esforço por uma teoria da cultura ou da representação como nova fundamentação para a historiografia. Em meu artigo argumento que mesmo essa busca foi abandonada da agenda investigativa em algum momento.

A perda da crença de que por trás das representações históricas poderia ser reconstituída uma história viva, total e articulada, que ainda fazia sentido para Rodrigues, abre espaço para a ideia de que toda historiografia é simples representação,

de que não há vínculos efetivos entre presente e passado, de que o passado, como morto, pode apenas ser reencenado a cada presente. Essa conclusão, de certo modo uma radicalização das funções indentitário-pragmáticas da historiografia, libera o presente do peso do passado, de certa forma uma pretensão moderna. Entre as décadas de 1980 e 1990 essa liberação não é capaz, no entanto, de ampliar o futuro. Desse modo, a forma modernista de enfrentamento do giro historiográfico pela democratização da representação é uma das fontes e, ao mesmo tempo, efeito, do que Gumbrecht chama de "presente lento" e Hartog de presentismo. Minha aposta é que essa situação abre também novas oportunidades para uma abordagem "própria" da historicidade, enfatizando menos a representação do passado morto e mais as estruturas e fenômenos que apontam para sua presença.

Revista de Teoria da História: É bastante evidente a presença da historiografia e filosofia alemã em sua produção. O professor poderia dimensionar o peso da historiografia alemã na historiografia brasileira do século XIX e XX, e, atualmente, ela vem ganhando força? Hoje existe um maior equilíbrio entre outras historiografias para além da francesa? Desta forma, é possível dizer que existe um maior espaço para outras historiografias que por muito tempo foram "deixadas" num segundo plano, como a alemã, inglesa, portuguesa, americana e outras?

Valdei Lopes Araujo: Os pensadores alemães, em especial os historiadores, sempre tiveram entre nós seu auditório, diria que para o século XIX talvez tenha sido a mais forte influência na configuração dos padrões disciplinares, basta lembrar de nomes como Von Martius, ou do diálogo de Varnhagen com o mundo germânico. Na primeira metade do século os Britânicos tinham talvez um peso mais decisivo, a grande migração de luso-brasileiros para Londres no período das guerras napoleônicas consolidou essa presença, que teve seu auge com a primeira história moderna do Brasil, escrita pelo Inglês Robert Southey. Frequentemente vemos citados os nomes de Gibbon, Hume, Burke e Robertson quando nossos letrados escreviam sobre história. Na geração de 1870 também podemos notar um grande ecletismo de referências, talvez essa variedade só tenha sido quebrada com a hegemonia francesa na formação de nossa historiografia universitária, pois coincidiu com a ascensão impressionante dos Annales. Hoje parece que retornamos a

nossa vocação para o ecletismo e a diversidade. Naturalmente a influência alemã tem crescido, não apenas de modo difuso, mas com a presença de colegas especializados em temas germânicos como Pedro Caldas (UNI-Rio), Sérgio da Mata (UFOP), Sérgio Duarte (UFG), Julio Bentivoglio (UFES), dentre outros da nova geração.

No meu caso, que sempre fui um estudioso do século XIX brasileiro, o interesse pelos alemães veio a partir do gosto pela filosofia. Quando em 1991 ingressei na graduação em História da UERJ meu "plano intelectual", e de parte de uma geração do movimento estudantil da época, era a renovação do marxismo pelo contato com suas fontes originais, leia-se Hegel. De Hegel a Heidegger, passando por W. Benjamin e a Escola de Frankfurt, todos eram alemães e tinham na modernidade o seu ponto de inflexão. Com essa formação de graduação era natural que terminasse por ser orientado por Luiz Costa Lima no Doutorado e que encontrasse em Koselleck e Gumbrecht pontos de apoio para minha pesquisa sobre a modernidade brasileira oitocentista.

Revista de Teoria da História: Uma preocupação constitutiva do projeto da Revista de Teoria da História, reside na busca por compreender a dimensão social do conhecimento histórico. O professor acredita que há tal função social? Caso sua resposta seja afirmativa, qual seria essa função?

Valdei Lopes Araujo: Não tenho dúvida acerca da funcionalidade social do conhecimento que produzimos na universidade, ele serve de muitas formas à sociedade. Como muito bem aponta J. Rüsen ele contribui para a formação de identidades sociais e para a orientação, certamente que também contribui para o lazer e o entretenimento, para fecharmos as duas funções que os antigos já haviam descoberto: instruir e entreter.

Talvez tenha dúvidas sobre nossa relevância para o tipo de sociedade que o capitalismo tardio vai produzindo, seja pela automatização e democratização dessas tecnologias da identidade e orientação, que eram monopólio do historiador moderno, seja pela tendência do sistema dispensar esse tipo de legitimação simbólica. É esse ceticismo que me instiga a pensar outros modos de enriquecimento de nossa experiência da história que não o científico-historiográfico. Pois além dos risco de sua redundância ou irrelevância futura, além das dúvidas, que acredito legítimas, acerca do tipo de sociedade que esses procedimentos alimentam, o modelo de profissão que ela produziu

tem nos afastado cada vez mais do caminho do pensamento. Talvez pelo meu passado marxista, ainda acredito que deveria ser possível escrever história pela manhã, fazer arte ou política à tarde e ainda estar aberto ao pensamento no fim do dia.